

A CONJUNTURA DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA¹

The conjuncture of the brazilian economy: a critical analysis

Francisco Luiz Corsi²

Resumo: O presente artigo aborda a conjuntura da economia brasileira, analisando a política econômica do governo Lula. O texto busca refletir se tal política seria capaz de contribuir de forma relevante para a superação da tendência de baixo crescimento da economia, que se estende desde a década de 1980. Para tanto, busca fazer uma análise a partir de uma perspectiva histórica.

Palavras-chave: Economia Brasileira, Política Econômica, Conjuntura, Crescimento, Neoliberalismo

¹ Texto apresentado no XXIII Fórum de Análise de Conjuntura, realizando entre 6 e 9 de novembro de 2023.

² Professor de Economia Política do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Abstract: This article addresses the situation of the Brazilian economy, analyzing the economic policy of the Lula government. The text seeks to reflect on whether such a policy would be able to make a relevant contribution to overcoming the economy's low growth trend, which has been ongoing since the 1980s. To this end, it seeks to carry out an analysis from a historical perspective.

Keywords: Brazilian Economy, Economic Policy, Situation, Growth, Neoliberalism

Introdução

O PIB no primeiro e segundo trimestres de 2023 cresceu respectivamente 4,0% e 3,4% na comparação interanual. As estimativas para o ano de 2023 são de cerca de 3%, número bem acima do projetado pelo chamado mercado. Paralelamente, observa-se uma queda do desemprego, cuja taxa no terceiro trimestre foi de 7,7%. A inflação está em trajetória de queda. No acumulado de 12 meses, a taxa foi de 5,19% (IBGE, 2023).

Este desempenho acima do esperado resultou do relevante crescimento da agropecuária no primeiro trimestre, do incremento das exportações, do aumento do salário mínimo, dos programas sociais do governo, em especial do bolsa família, da ampliação do gasto público e da queda da inflação. Contudo, muitos economistas preveem um menor dinamismo em 2024, em virtude sobretudo dos efeitos defasados da elevada taxa de juros, que, não obstante em queda, continua exageradamente elevada, da meta de déficit fiscal zero para o próximo ano e do cenário internacional bastante instável. O Governo Lula, ao mesmo tempo em que propõe o déficit zero, como deseja o mercado, apresentou um programa voltado para enfrentar as desigualdades sociais, promover o crescimento e o emprego e encaminhar a transição para uma matriz energética renovável.

Será possível compatibilizar essas duas linhas de política econômica? Com base nestas políticas o governo Lula teria condições de superar a tendência de baixo crescimento da economia brasileira, que se arrastra desde a década de 1980. Não é possível uma resposta a essas indagações neste momento. Porém, cabe refletirmos sobre elas e isso implica discutirmos a economia brasileira em uma perspectiva temporal mais ampla, que ultrapasse a atual conjuntura.

A Tendência ao baixo crescimento

Desde a década de 1980, a economia brasileira apresenta uma tendência de baixo crescimento, que está relacionada ao padrão de acumulação de capital que emergiu da crise do padrão desenvolvimentista no contexto de mundialização do capital. As causas desse comportamento são de ordem estruturais. O esgotamento do padrão de desenvolvimento que vigorou entre 1930 e 1980 também se deveu as suas contradições internas acumuladas durante décadas. Este complexo processo, que não caberia ser aqui esmiuçado, dado o escopo do presente artigo, acarretou uma correlação de forças que sustentou o aprofundamento da inserção

dependente da economia brasileira na economia mundial. As eleições de Collor e Fernando Henrique Cardoso expressão essa correlação de forças. Estes governos adotaram políticas neoliberais, calcadas na abertura comercial e financeira da economia, nos processos de privatizações, na redução do papel do Estado na economia e na continua redução dos direitos trabalhistas e sociais. Políticas que obstaculizaram a reestruturação da economia brasileira de forma que a possibilitasse a acompanhar as transformações em curso e assegurar uma inserção mais dinâmica no capitalismo global (Carneiro, 2000; Filgueras, 2017).

Verificou-se o contrário, a partir desse momento o Brasil aprofundou ainda mais a sua inserção subordinada na instável e contraditória dinâmica do capitalismo global. As características mais marcantes dessa dinâmica consistem na tendência de baixa rentabilidade, no forte incremento da exploração do trabalho, no inchaço da esfera financeira, no aumento acentuado do endividamento de empresas e famílias, baixas taxas de investimentos e na reconfiguração geográfica da acumulação de capital em direção a Ásia. Esta região em poucas décadas se transformou em um novo centro dinâmico de acumulação de capital. O crescimento se tornou muito desigual em escala mundial, com regiões apresentando elevado desempenho econômico, particularmente a Ásia, e outras, tanto no centro como na periferia, apresentando baixo crescimento. Estes processos foram acompanhados pela deterioração da distribuição da renda, pela precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, pela redução significativa dos direitos sociais, pelo aprofundamento da crise ambiental e por ataques à democracia.

Neste contexto, O Brasil apresenta uma tendência de baixo crescimento desde a década de 1980. Nesta década, isto se deveu sobretudo à crise da dívida externa e à crise inflacionária e seus múltiplos desdobramentos. Crises que afetaram sobremaneira a capacidade do Estado atuar como fomentador e coordenador do crescimento como fazia no período desenvolvimentista. Na década seguinte, a adoção de políticas neoliberais, que implementaram uma abertura econômica acelerada e sem planejamento capaz de preparar a economia para o novo quadro da economia mundial fragilizou ainda mais a economia brasileira. O setor industrial, que já vinha declinando, intensificou o processo de desindustrialização, que continua até os dias de hoje. Processo que também se deve a outras determinações. Por outro lado, ganhou terreno o agronegócio e a indústria de extração mineral, em particular a partir do *boom de commodities*. Em decorrência desse conjunto de processos, o Brasil, nos últimos 40 anos, vive uma regressão estrutural, caracterizada sobretudo pela desindustrialização e pela reprimarização das exportações. Ao mesmo tempo, os históricos e

estruturais problemas de miséria de ampla parcela da população e de desigualdade social persistem no fundamental. Agravando a situação observa-se uma crise ambiental cada vez mais grave.

No chamado período desenvolvimentista (1930-1980), a economia brasileira cresceu 6,31% a.a., sendo que entre 1950 e 1980, o PIB cresceu em média 7,1% e a renda *per capita* 4,3%. Enquanto que entre 1980 e 2022 a economia cresceu 2,2% a.a.% e a renda *per capita* 0,8% a.a. Em 1980, o PIB brasileiro correspondia a 4,3% do mundial e, em 2022, este número tinha caído para 2,3%. O governo Lula representou uma momentânea reversão da tendência de baixo crescimento, embora a ruptura com as políticas neoliberais tenha sido apenas parcial. O crescimento, entre 2003 e 2010, foi de 4% em média ao ano. Isto decorreu de vários fatores, cabendo destacar os seguintes: o *boom* de *commodities*, a flexibilização da política macroeconômica neoliberal e a adoção de políticas votadas para estimular o mercado interno e para enfrentar os graves problemas sociais. Também é necessário levar em consideração a alteração da correlação de forças decorrente do fracasso das políticas neoliberais adotadas por FHC (Prado, 2021; IBGE, 2023).

Entretanto, a tendência ao baixo crescimento voltou a manifestar-se a partir da crise que abalou o capitalismo global em 2007/2008. Alguns de seus desdobramentos tiveram forte impacto na economia brasileira, em especial o fim do boom de *commodities*. A crise indicou os limites da breve fase expansiva 2003-2010. Também contribuíram para esse desfecho o acirramento das contradições econômicas e políticas e os equívocos na condução da política econômica. Entre 2011 e 2014, o PIB tendeu a declinar, apresentando um crescimento médio de 2,3% ao ano. Em 2015 e 2016, o Brasil caiu em uma recessão profunda, recuperando-se de forma débil em 2017. Entre 2015 e 2019, PIB apresentou um decréscimo médio anual negativo (-0,5%). Ou seja, o país entrou em estagnação. Durante o governo Bolsonaro o baixo crescimento persistiu, pois o PIB cresceu em média 1,4% neste governo. Os equívocos de política econômica, a crise gerada pela COVID 19 e a profunda retração da economia mundial foram os responsáveis por esse resultado (IBGE, 2023).

Durante a pandemia, o governo Bolsonaro, como é sobejamente conhecido, adotou uma postura negacionista. Sendo assim, coube ao Congresso Nacional, diante da situação de calamidade pública, adotar várias iniciativas e aprovar medidas para enfrentar a crise. Cabe destacar a política visando amparar os amplos setores duramente atingidos pela recessão por meio do Auxílio Emergencial para os trabalhadores desempregados e informais e para os microempreendedores individuais. Esta medida atingiu cerca de 70 milhões de pessoas e injetou cerca de R\$ 300 bilhões na economia, o que contribuiu para evitar uma crise econômica e social ainda mais profunda (Corsi,

2021).

O conjunto de medidas implementadas injetou recursos da ordem de 8% do PIB na economia. Mesmo assim, o PIB declinou 4,1% do PIB em 2020. A recessão levou ao forte incremento do desemprego e a queda da renda *per capita*. Apesar da grave situação, a economia começou a se recuperar a partir do terceiro trimestre de 2020. O relaxamento do isolamento social e dos efeitos das políticas adotadas começaram a fazer efeito. Em 2021, o PIB cresceu 4,6%. Desempenho distorcido por um efeito estatístico, dada a base muito baixa de comparação (Corsi, 2021). A recuperação deveu-se ao auxílio emergencial, ao bom resultado das exportações, à ampliação do gasto público, à ampliação da liquidez e ao relaxamento do isolamento social. Outro fator a contribuir para a recuperação foi o fato das empresas terem se adaptado à nova situação, sobretudo por meio da expansão dos serviços online.

Em 2022, a economia continuou a se recuperar. O incremento do PIB foi de 2,9%. A recuperação foi acompanhada pela elevação da inflação, que superou o teto da meta estabelecido pelo governo. Era uma inflação de oferta e não de demanda, pois resultava sobretudo de problemas de fornecimento de insumos, que declinaram em virtude da desorganização das cadeias produtivas internas e externas com a pandemia. Um exemplo importante desse processo foi a alta nos preços do petróleo. A elevação dos preços também decorria da desvalorização da moeda, do incremento do preço da energia elétrica e da elevação dos preços dos alimentos. Nestas circunstâncias, o Banco Central aumentou a taxa básica de juro que já vinha sendo elevada desde fevereiro de 2021, embora a inflação fosse de oferta. A SELIC atingiu 13,75% em agosto de 2022. O objetivo dessa medida não era apenas contrair a demanda, mas também evitar uma desvalorização ainda maior do real por meio da atração de capitais visando deter o processo inflacionário. Entretanto, o forte incremento da taxa básica de juro inibe o investimento e o consumo, além de deteriorar a situação fiscal.

O crescimento do PIB em 2022 foi frágil. A taxa de investimento correspondeu a 18,82% do PIB. Embora tenha crescido em relação ao ano anterior, o investimento foi inferior a 2013, quando a FBCF foi de 21,5% do PIB. O consumo foi a principal variável do crescimento. O desemprego declinou para 9,3%. A renda média do trabalhador atingiu R\$ 2.652,00, sendo 5,4% menor que o mesmo período do ano anterior. O crescimento dos setores de serviços e construção civil, que empregam muita mão-de-obra, contribuiu para a queda na taxa de desemprego (IBEGE, 2023).

O IPCA subiu até junho de 2022, passando então a declinar. Em julho ocorreu uma deflação

de -0,68%. A queda dos preços continuou em agosto (-0,36%) e setembro (-0,29%) (IBGE, 2023). Estes resultados decorreram da nova política de preços dos combustíveis, que reduziu temporariamente impostos federais e o ICMS sobre esses produtos, a energia elétrica e os transportes. Outro fator para a queda da inflação foi a redução do preço do petróleo no mercado mundial. No entanto, os preços dos alimentos continuaram a subir, o que prejudicava sobretudo os setores mais pobres da população.

A economia teve um crescimento modesto em 2022, em boa medida, em virtude de várias medidas que foram adotadas com o objetivo de promover a candidatura de Bolsonaro às eleições de outubro daquele ano. A redução dos impostos sobre a gasolina e o diesel, o incremento do auxílio Brasil de R\$ 400,00 para R\$ 600,00, a antecipação de pagamentos para os aposentados, a liberação de saques do FGTS, o incremento do valor do vale gás e o auxílio para os caminhoneiros e taxistas representaram a injeção de cerca de 350 bilhões de reais na economia em um curto espaço de tempo.

A economia brasileira no governo Lula

Lula derrotou o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro, sustentado em uma ampla frente, que articulou amplo leque classes e frações de classe. Todavia, a divisão da sociedade ficou evidente, como também ficou claro que a direita está articulada e mobilizada, com grande presença nas redes sociais e com o apoio de grande parte das igrejas evangélicas, que têm uma penetração capilar na sociedade, além de contar com o apoio do grosso da classe dominante. O peso das forças conservadoras se refletiu na composição do Congresso eleito. Tal composição dificulta a implementação do programa econômico do governo Lula e exige muitas concessões. Apesar dos esforços em articular ampla base no Congresso, a base do governo apresenta muitas fragilidades. O governo também enfrenta crescente oposição da grande imprensa. Ao mesmo tempo, o Banco Central está subordinado aos interesses da grande finança e leva a cabo uma política de juros excessivamente elevados, que tende a neutralizar, em parte, políticas expansivas e distributivas da renda.

O capitalismo global vive uma fase marcadamente depressiva que se estende desde a crise de 2008, caracterizada, entre outros aspectos, pela permanência da baixa rentabilidade, pela existência de capacidade ociosa, por um enorme volume de capital fictício que resiste a desvalorização e pelo elevado endividamento de famílias e empresas. Concomitantemente observa-se o aprofundamento

da crise ambiental, a ascensão de forças de extrema direita em diversos países e o acirramento das disputas pela hegemonia a partir da consolidação do processo de transferência do eixo dinâmico da acumulação de capital para a Ásia. A guerra na Ucrânia e a limpeza ética levada a cabo pelo Estado de Israel na faixa de Gaza estão intimamente ligadas ao acirramento da luta pela hegemonia. Nestas circunstâncias, parece muito improvável ocorrer um novo *boom* de *commodities*, que ao diminuir a vulnerabilidade externa abriu a possibilidade de adoção de políticas expansivas no início da década de 2000.

Neste contexto de dificuldades, boa parte dos economistas e das instituições que falam em nome do mercado financeiro estimavam ao final de 2022 e início de 2023 que a economia brasileira sofreria uma queda no ritmo de crescimento. O PIB deveria crescer cerca de 1%. Estas estimativas baseavam-se, em parte, na retração do PIB no quarto trimestre de 2022, na baixa taxa de investimentos, na manutenção da SELIC em patamares elevados, apesar da queda da inflação. Acreditavam que a elevação do consumo não conseguiria alavancar, sozinha, o crescimento. Também apontavam como entrave a um melhor desempenho da economia o elevado nível de endividamento e inadimplência das famílias.

Entretanto, o crescimento do PIB no primeiro semestre, como mencionamos, foi superior as estimativas do mercado, apesar da elevada taxa básica de juros, que começou a declinar em agosto. Este desempenho resultou do crescimento da agropecuária, que cresceu 22,9% no primeiro trimestre, da elevação do gasto público, sobretudo com os programas sociais, do aumento das exportações, da majoração do salário mínimo e da queda da inflação. Alguns desses fatores incrementaram o consumo, que no primeiro e no segundo trimestres que cresceu respectivamente 2,2% e 1,9% na comparação interanual. Outro fator importante foi a chamada PEC da Transição, que ao colocar fim ao teto do gasto público possibilitou um incremento do gasto do governo federal em cerca de 9%, contribuindo de maneira importante para o crescimento da economia ao elevar tanto o investimento público quanto os gastos sociais. O nível dos investimentos, entretanto, permanecem bastante baixos, correspondendo a 17,5% do PIB no primeiro semestre. Patamar insuficiente para sustentar um crescimento mais robusto a médio e a longo prazo (IBEGE, 2023).

A superação da tendência de baixo crescimento, que implicaria o PIB alcançar taxas mais robustas, que as até o momento foram apresentadas, por um período longo de tempo. Isto requer o enfrentamento dos problemas estruturais e dependerá de abrangente programa de investimentos e da ampliação dos gastos sociais. O governo até agora esboçou um programa de investimento e

financiamento de setores considerados estratégicos que aponta para a direção correta. Programa que contempla a ampliação dos programas sociais, como o Bolsa Família, o incremento do salário mínimo acima da inflação, a retomada do programa “Minha casa minha vida”, o enfrentamento da crise ambiental, em especial a transição energética, e o combate ao desmatamento, a proteção das minorias sociais, uma política externa que visa projetar o Brasil no cenário internacional, uma reforma tributária progressiva e simplificadora da estrutura tributária, medidas para enfrentar o problema do elevado endividamento das famílias e o incremento dos investimentos públicos, cujo maior exemplo é o novo PAC, que prevê gastos da ordem 1,7 trilhão de reais até 2026, sobretudo em infraestrutura. Também cabe destacar os vultosos financiamentos a projetos destinados a promoverem a transição energética por meio de empréstimos do BNDS. Um programa de incentivo ao setor industrial, objetivando reindustrializar o país, orçado em cerca de 300 bilhões de reais a serem despendidos nos próximos anos. Estas propostas têm potencial para destravar o crescimento e enfrentar a regressão estrutural da economia brasileira.

Contudo, Lula, enfrentado uma correlação de forças adversas, a exemplo dos seus dois primeiros mandatos, manteve a política macroeconômica neoliberal, baseada em metas de inflação, câmbio flexível e ajuste fiscal, política considerada central pelo capital financeiro, pelo capital estrangeiro e pelo agronegócio para a defesa de seus interesses. A aprovação do novo arcabouço fiscal ilustra essa postura de comprometimento com essa política. Ao mesmo tempo, desde o início do ano, o governo tem corretamente pressionado o Banco Central para flexibilizar a política monetária, reduzindo mais rapidamente a Selic. Medida importante para estimular o crescimento.

A permanência de políticas fiscal e monetária apertadas pode dificultar, ou até bloquear, as políticas voltadas para o enfrentamento dos problemas socioeconômicos estruturais do Brasil, ainda mais em uma conjuntura interna e externa adversa. O novo arcabouço é mais flexível que o antigo teto de gastos, mas tem o mesmo espírito de reduzir a presença do Estado na economia e impõe limites aos gastos sociais e ao investimento público, que são fundamentais para a reversão da tendência de baixo crescimento da economia brasileira.

O Novo PAC ao abrir um grande espaço para as parcerias público-privadas indica o quanto a visão neoliberal está presente no governo. Mas dentro do próprio governo existem divergências a esse respeito. O debate aberto com as declarações de Lula apontando para a dificuldade de zerar o déficit em 2024 exemplifica esse ponto. A meta de zerar o déficit público firmemente defendida por Haddad, além de ser improvável, diante das dificuldades em aumentar as receitas públicas, obrigará

o governo a contingenciar cerca de 50 bilhões de reais em gastos, afetando diversas áreas. Isto reduzirá investimentos e gastos com programas sociais justamente em um ano eleitoral. Ante a possibilidade de desaceleração da economia, Lula corretamente defende a necessidade de flexibilizar tal meta, admitindo um déficit primário de cerca de 0,5% do PIB. Entretanto, o problema de fundo não é o tamanho do déficit primário, mas sim a existência do próprio arcabouço, que põem uma camisa de força na política econômica e sacramenta a austeridade como seu eixo. Austeridade que afetará sobretudo as camadas mais pobres da população.

Para o capital financeiro, que defende e depende da austeridade, o equilíbrio das contas públicas é a solução para todos os problemas. Desde o primeiro dia do governo, com o apoio da grande imprensa, este setor não mede esforços para enquadrar Lula e garantir a continuidade das políticas neoliberais. A desvalorização da moeda, a queda da bolsa, elevação dos juros nos mercados futuros, entre outros, são os principais instrumentos de pressão. O temor desse setor é que a dívida pública dispare e inviabilize o pagamento dos juros, que é um pilar fundamental para valorização do capital fictício. Por isso a enorme preocupação com o equilíbrio fiscal, daí a defesa dos superávits primários e da relação dívida pública/PIB em patamares baixos. Também argumentam que o descontrole fiscal gerará mais inflação ao estimular o crescimento da economia a um ritmo superior ao do PIB potencial. Dessa forma, se colocaria a necessidade de majorar ainda mais as taxas de juros, ou mantê-las em um elevado patamar por mais tempo, o que por sua vez impediria o crescimento, elevaria o desemprego e acarretaria a queda dos salários. Assim, segundo os neoliberais quem paga pelo descontrole fiscal no fundo são os trabalhadores.

Mas esse argumento é falacioso, pois é justamente a austeridade fiscal e monetária que, além inibir o crescimento, diminui a receita pública, aumenta a dívida pública devido aos juros altos e eleva a relação dívida/PIB. O nível de utilização da capacidade produtiva na indústria é inferior a 80% e a força de trabalho subutilizada, que inclui o desemprego aberto, os desalentados e aqueles que estariam dispostos a trabalhar mais, é cerca de 17%. Portanto, parece existir espaço para um crescimento mais acentuado. Da mesma forma, a situação das cotas externas é folgada e as reservas são elevadas. Um aumento das importações decorrente da expansão da economia não geraria um desequilíbrio externo e nem pressões inflacionárias. Ou seja, o resultado da austeridade é a deterioração da situação fiscal e das condições de trabalho e vida da esmagadora maioria da população.

Incrementar o investimento em setores estratégicos, ampliar o gasto com educação, saúde e com os programas sociais, ampliar o crédito, em especial por meio do BNDS e baixar a taxa de juros

são medidas fundamentais para o enfrentamento dos problemas estruturais da economia brasileira e da crise ambiental. A manutenção de metas ambiciosas de inflação também implica juros em patamar elevado. Além disso, estamos longe de uma situação de descontrole fiscal e o governo não está propondo um forte incremento do gasto público. Mas qualquer iniciativa que vise acelerar o crescimento, o emprego e os salários acende o sinal vermelho para os neoliberais, que intensificam a gritaria em torno da necessidade imperiosa do equilíbrio fiscal. Para os neoliberais não há espaço para os gastos sociais. De acordo com a visão neoliberal ampliar os gastos sociais e promover o crescimento, o emprego e os salário prejudicaria o próprio trabalhador.

O debate está centrado na questão do déficit primário. Porém, se faz necessário trazer para o centro da discussão o déficit nominal. Nos nove primeiros meses do ano, o gasto com o pagamento dos juros da dívida pública foram cerca de R\$ 690 bilhões, valor superior à soma dos gastos previstos com a educação e a saúde para todo o ano, que somam R\$ 330 bilhões. O que leva a questão de quais gastos devem ser cortados. A melhor forma de estabilizar as contas públicas é com o crescimento da economia e com o consequente incremento das receitas. A origem das pressões inflacionárias não são o excesso de demanda, que continua relativamente contida, mas sobretudo problemas de oferta. Também por essa razão a receita neoliberal é ineficaz. Ou seja, as políticas de contenção fiscal e monetária deterão crescimento e isso não resolverá crise fiscal, que na verdade não existe. Esta linha visa recuperar a economia a partir da superexploração da força de trabalho e do corte dos direitos e gastos sociais.

Considerações finais

Se o governo Lula terá condições de implementar uma ampla política expansiva, voltada para enfrentar os graves problemas estruturais, os problemas sociais, as enormes carências de infraestrutura, a necessidade de uma reinserção mais dinâmica na economia mundial e a grave crise ambiental, o que abriria novos espaços de acumulação, é uma questão em aberto, que dependerá da correlação de forças e da situação internacional. Neste aspecto, o incremento dos gastos sociais e dos investimentos são de suma importância. Só dessa forma poderemos romper com a tendência de baixo crescimento dos últimos 40 anos. Apesar da queda da taxa básica de juros, a taxa real continua persistentemente elevada, o que inibirá o investimento e o consumo. A taxa de investimento em

relação ao PIB continua baixa. Sem um aumento substantivo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) o Brasil não conseguirá alcançar altas taxas de crescimento. Isto associado a uma política fiscal austera poderá colocar um fim a modesta recuperação verificada nos últimos dois anos e reforçar a tendência de baixo crescimento de longo prazo.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Nelson. Qual foi o impulso fiscal de 2020? Folha de São Paulo, p. A22, 28/05/2021.

BASTOS, Pedro P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas, IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 258, 2015.

BCB - Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em www.bcb.gov.br.

BELUZZO, Luiz G.M. **Os antecedentes da tormenta**. Origens da crise global. São Paulo: UNESP, 2009.

_____; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. Campinas: FACAMP, 2017.

BRENEER, R. **O boom e a bolha**. Os Estados Unidos na economia Mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAMARGO, José M. Evolução recente da economia brasileira e distribuição da renda. In: CORSI, Francisco L. ;CAMARGO, José M.; SANTOS, Agnaldo (Orgs). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**. A economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira**. Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CEIC. Brasil, produtividade do trabalho. Disponível em <https://www.ceicdata.com/pt/indicator/brazil/labour-productivity-growth>

CNI. Indicadores Industriais, Disponível em https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ce/9d/ce9d9325-d42f-4c9c-8171-f8a2b479739b/indicadoresindustriais_julho2022.pdf

CORSI, Francisco L. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G.; GONZALES, J. L.; BATISTA, R. L. (Orgs.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá: Massoni, 2006.

_____. A reestruturação do capitalismo global e seus impactos na economia brasileira. In: SIMONETTI, M. C. (Org.). **Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil**. São Paulo/Marília: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, 2015.

_____. A crise econômica brasileira: a questão do fundo público. In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo e CAMARGO, José M. (Orgs.). **A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise**. Bauru: Canal 6, 2017.

_____. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 29-46, jul-dez, 2018.

_____. A economia brasileira em tempos de pandemia. In: Corsi, F. L.; Santos, A.; Mendonça, M. G. (Orgs.). **A conjuntura latino-americana**. Instabilidade e resistência. Marília: Praxis, 2021.

FILGUERAS, L. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2012.

_____. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v.31, n.84, p. 519-534, set/dez 2018.

FMI - DATA 2022 Disponível em:
https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD/BRA

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IBGE. Série Estatísticas, 2023. Disponível em [www.
http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12).

_____. Contas nacionais trimestrais, 2022. Disponível em
https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/5452d8356484c9bf115862b4f64d9079.pdf.

IEDI. Grau de industrialização do Brasil e do Mundo. Disponível em
https://iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20210621.html

IPEA. DATA, 2022. Disponível em

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5932#/n1/all/v/6564/p/202003,202004,202101,202102,202103/c11255/all/d/v6564%201/l/v,p,t+c11255/resultado>

LOPES, V.T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. *Revista Carta Internacional*. Belo Horizonte, v.15, n. 3, 2020.

MARQUETTI, A. A. ; HOFF, C.; MIEBACH, A. Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira, 2017.

_____; Porse, M. Padrões de mudança técnica nas economias latino-americanas: 1963-2008. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.26, n.2 (60), p. 459-482, 2017.

PRADO, E. F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.37, n. 3 (148), p. 478-503, jul/set 2017.

_____. Brasil: caminhos desgastados e o futuro da economia, 2021. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/brasil-dois-caminhos-desgastados-e-o-futuro-da-economia/>

ROBERTS, Michael. **The long depression**. Chicago: Haymerbooks, 2016.

SAMPAIO JR., Plínio de A. Na ausência de um projeto de nação, o Brasil revelou-se particularmente vulnerável aos efeitos destrutivos da globalização. 2021, Disponível em: <https://aterraéredonda.co..br>

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Geração, 2013.